

Caderno de encargos

Aquisição de selos, rótulos e etiquetas autocolantes

Consulta Prévia n.º CPR/03/2025

1. Contrato

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência da consulta prévia n.º CPR/03/2025, que tem por objeto a aquisição de selos, rótulos e etiquetas autocolantes.

2. Objeto

2.1. O presente procedimento é composto por 3 (três) lotes, a seguir melhor identificados, e visa a **aquisição de selos, rótulos e etiquetas autocolantes para a Banana da Madeira e respetiva rastreabilidade**, com os *layouts* constantes do Anexo IV e com as características técnicas constantes do Anexo V, ambos juntos ao convite, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos, nos termos e condições estipulados no presente caderno de encargos:

LOTE 1 – Selos autocolantes			
Posição	Artigo	Quantidade	Unidade
1	Selos autocolantes com a menção <i>Produto da Madeira</i> com QR Code	20 000	Milheiro
2	Selos autocolantes com o símbolo de <i>produto biológico</i> para banana bio	600	Milheiro
3	Selos autocolantes com o símbolo do <i>produto em conversão</i> para banana em conversão	60	Milheiro
LOTE 2 – Rótulos autocolantes			
Posição	Artigo	Quantidade	Unidade
1	Rótulos autocolantes com o símbolo <i>produto biológico</i> para caixas de banana bio	50	Milheiro
2	Rótulos autocolantes com o símbolo <i>produto em conversão</i> para caixas de banana em conversão	7	Milheiro

LOTE 3 – Etiquetas autocolantes codificadas de rastreabilidade			
Posição	Artigo	Quantidade	Unidade
1	Etiquetas autocolantes codificadas de rastreabilidade de caixas dos Centros de Processamento de Banana de São Martinho e Ponta do Sol	1 650	Milheiro
2	Etiquetas autocolantes codificadas de rastreabilidade de paletes dos Centros de Processamento de Banana de São Martinho e Ponta do Sol	42	Milheiro

2.2.As quantidades indicadas resultam de uma estimativa máxima de consumo para o período de vigência do contrato, podendo, por conseguinte, em sede de execução do mesmo, serem fornecidas quantidades inferiores, de acordo com as necessidades do contraente público.

2.3.Os bens a adquirir inserem-se na categoria 30192800-9, descrita como “*Etiquetas autocolantes*”, constante do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary – CPV) instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificada pela Retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003) e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

3. Preço base

3.1. O preço base global é de **49.939,11 € (quarenta e nove mil, novecentos e trinta e nove euros, e onze cêntimos)**, acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, dividido nos seguintes termos:

- **Lote 1** – Selos autocolantes: **23.617,80 €**;
- **Lote 2** – Rótulos autocolantes: **1.085,25 €**;
- **Lote 3** – Etiquetas autocolantes codificadas de rastreabilidade: **25.236,06 €**.

3.2. O preço base fixado resultou dos preços obtidos em resultado de uma consulta preliminar ao mercado realizada nos termos previstos no artigo 35.º-A do CCP. A informação pertinente poderá ser disponibilizada aos futuros concorrentes, caso seja solicitada, em conformidade com a Orientação Técnica do IMPIC n.º 04/CCP/2019.

4. Preço contratual

4.1 Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

4.2 O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens, bem como as despesas inerentes à celebração do contrato e quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

5. Revisão de preços

Em sede do presente contrato não haverá lugar à revisão de preços, salvo se tal for determinado por ato legislativo ou administrativo.

6. Validade do procedimento

6.1. Os contratos objeto do presente procedimento são válidos pelo período de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, não renováveis, e produzem os seus efeitos a partir da data da sua assinatura e publicitação no portal BASEGOV.

6.2. Para efeitos do disposto no número anterior, conta a data da última assinatura quando esta ocorra em datas diferentes.

7. Condições de pagamento

7.1 Para efeitos de pagamento, o cocontratante deverá apresentar ao contraente público a correspondente fatura, **a qual só poderá ser emitida após o fornecimento dos bens**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

7.2 A fatura deverá ser emitida em nome do contraente público, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o número da requisição, bem como tem de conter a descrição do objeto (bem) a que respeita, as quantidades, os preços unitários e o preço total, sob pena de ser liminarmente devolvida.

7.3 A faturação deverá ser emitida por via eletrónica, nos termos do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos. O EDI utilizado pela entidade adjudicante é o iLink - Solução EDI e faturação eletrónica, acessível através sítio da internet www.ilink.pt.

7.4 O pagamento terá lugar no prazo de 60 (sessenta) dias **após a entrega da respetiva fatura devidamente emitida, designadamente nos termos do ponto 7.2.**

7.5 Em caso de incumprimento da obrigação estabelecida no ponto anterior, são devidos juros moratórios nos termos da lei.

7.6 Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8. Obrigações principais do cocontratante

8.1. O adjudicatário é responsável pela qualidade dos bens a fornecer bem como pelos bons resultados, correndo por sua conta a reparação dos danos e prejuízos.

8.2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

8.2.1. Entrega dos bens nos termos e condições definidos no presente caderno de encargos;

8.2.2. Cumprir o prazo de entrega dos bens identificado na sua proposta;

8.2.3. Enviar cada remessa de artigos requisitados acompanhada de guia de remessa /ou fatura em duplicado, na qual se mencionam os números e datas das requisições, discriminando quantidades, artigos, preços e lotes;

8.3. O cocontratante é responsável, ainda, por qualquer defeito ou discrepância que exista no fornecimento, após a verificação dos mesmos.

9. Local e prazo de entrega dos bens

9.1. Os bens objeto do presente procedimento devem ser entregues, mediante indicação/requisição do contraente público, nas datas por este indicadas, no Centro de Processamento de Banana de São Martinho, sito em Rua de São Martinho, n.º 21, 9000-644 Funchal, Madeira.

9.2. O cocontratante compromete-se a entregar os bens nas instalações supracitadas, no prazo indicado na proposta adjudicada, o qual não pode, no entanto, ser superior a **20 (vinte) dias seguidos** a contar da data de envio da requisição.

9.3. A requisição a que se refere o número anterior pode ser feita por carta, faxe ou correio eletrónico, e deve conter as quantidades e tamanhos a fornecer.

10. Penalidades

10.1. Sem prejuízo da possibilidade de resolução do contrato nos termos do artigo 333.º do CCP, o contraente público pode, com observância do procedimento previsto nos artigos 325.º e 329.º do mesmo diploma legal, aplicar multas em caso de incumprimento culposo das obrigações que sobre o cocontratante impendem. Assim:

- a)** Em caso de atraso no fornecimento dos bens objeto do contrato, o contraente público notificará o cocontratante para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, fornecer os bens em falta;
- b)** O contraente público aplicará ao cocontratante, por cada dia de atraso, uma multa correspondente a 0,1% do preço contratual;
- c)** Todos os danos colaterais que comprovadamente sejam imputados ao cocontratante, ser-lhe-ão debitados pelo contraente público até ao limite de 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.

10.2. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias aplicadas nos termos do presente ponto.

10.3. Nas situações previstas no número anterior, o valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

10.4. As penas pecuniárias previstas no presente ponto não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

10.5. Caso o incumprimento das obrigações pelo cocontratante reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o mesmo cederá a sua posição contratual ao concorrente que, no presente procedimento, vier a ser indicado pelo contraente público, por ordem sequencial de classificação, nos termos previstos no artigo 318.º-A do CCP.

11. Gestor do contrato

Fica designado como o gestor do contrato o colaborador Raul Emanuel de Freitas Duarte, com o endereço de correio eletrónico raul.duarte@gesba.pt e telefone 291 701 050, com as funções descritas no artigo 290-A.º do Código dos Contratos Públicos, bem como verificar

o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, conforme artigos 7.º-A e 8.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação (CCP adaptado à RAM).

12. Resolução do contrato pelo cocontratante

O cocontratante poderá resolver o contrato nos termos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

13. Resolução do contrato pelo contraente público

13.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o contraente público, pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente caderno de encargos, ou concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao cocontratante:

- a) O fornecimento dos bens se encontre gravemente prejudicado;
- b) O incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de execução do contrato (quando houver atraso ou falta de reposição do bom funcionamento por período superior a trinta dias);
- c) O aumento injustificado dos preços;
- d) A prática de atos dolosos ou negligentes;
- e) O não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente caderno de encargos.

13.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.

13.3. A resolução não prejudica o pagamento ao cocontratante dos fornecimentos já realizados em conformidade com o contrato.

14. Casos fortuitos ou de força maior

14.1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

14.2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

14.3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
- b) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- c) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

14.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

14.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

15. Proteção de dados

15.1. No desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do contrato a celebrar, as partes observam escrupulosamente o regime legal da proteção de dados pessoais, empenhando-se em proceder a todo o tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário ao desenvolvimento do Contrato no estrito e rigoroso cumprimento da lei.

15.2. Ao abrigo do disposto no número anterior, as partes obrigam-se, nomeadamente:

- a) Tratar e usar os dados pessoais nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo, registando, organizando, conservando, consultando ou transmitindo os mesmos, apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco ou nos restantes legalmente previstos;
- b) Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para os quais tenham sido recolhidos;
- c) Conservar os dados apenas durante o período necessário à prossecução das finalidades da recolha ou do tratamento posterior, garantindo a sua confidencialidade;

- d) Implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Informar imediatamente a outra parte, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada, caso exista alguma quebra de segurança, ou suspeita da mesma, independentemente de colocar ou não em causa a segurança e integridade dos Dados Pessoais;
- f) Garantir o exercício, pelos titulares, dos respetivos direitos de informação, acesso e oposição;
- g) Assegurar que os respetivos colaboradores ou os prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respetivos titulares ou, se aplicável, ser o seu processamento objeto de notificação ou de pedido de autorização à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

16. Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos.

17. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede no Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 49.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP):

TODAS AS REFERÊNCIAS A NORMAS/HOMOLOGAÇÕES E A ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE»;

TODAS AS INDICAÇÕES A MARCAS COMERCIAIS OU INDUSTRIAIS DE PATENTES OU MODELOS PRESENTES NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE».